



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)



Educação: Políticas, Estruturas e Organização 9

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

9

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 9 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 9)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-310-1

DOI 10.22533/at.ed.101190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 9” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NA CAMINHADA PARA EDUCAR JOVENS E ADULTOS PERPASSEI PELA ALFABETIZAÇÃO E PELO LETRAMENTO	
Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem	
DOI 10.22533/at.ed.1011903041	
CAPÍTULO 2	12
NÃO EXISTE PECADO DO LADO DE BAIXO DO EQUADOR: A LINHA TÊNUE ENTRE SEGREGAR E RESISTIR	
Enéas Machado Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1011903042	
CAPÍTULO 3	20
NÃO TE ESCUTO: (SOBRE)VIVER NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
Leonardo Farias de Arruda Ricard José Bezerra da Silva Juliana Fonsêca de Almeida Gama	
DOI 10.22533/at.ed.1011903043	
CAPÍTULO 4	31
NIM: EFICIENTE RECURSO DIDÁTICO NA APRENDIZAGEM DA DIVISÃO	
Márcia Aparecida de Macêdo Silva Josélia Paes Ribeiro de Souza Fernanda Viana de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1011903044	
CAPÍTULO 5	47
NOTÍCIAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DO PASSADO ÀS INOVAÇÕES EDUCACIONAIS DOS SÉCULOS XX E XXI, EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	
Solange de Carvalho Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.1011903045	
CAPÍTULO 6	60
O BIOMA CERRADO: PLANTANDO NO PRESENTE OS DESEJOS PARA O FUTURO	
Marcelo Duarte Porto Everson Inácio de Melo Sheyla de Oliveira Martins Thiago Gonçalves dos Santos Stefania Amaral Ricardo Ferreira Letícia Sousa Silva Ronivaldo Silva Leal dos Santos Vanusa Rodrigues Caixeta	
DOI 10.22533/at.ed.1011903046	

CAPÍTULO 7	66
O CONTO DE FADAS NO DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE EM ALUNOS DO ENSINO ESPECIAL	
Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem Marta Brügger	
DOI 10.22533/at.ed.1011903047	
CAPÍTULO 8	76
O CORTIÇO: LEITURAS POSSÍVEIS ATRAVÉS DAS CONTRIBUIÇÕES DA ESTÉTICA DA RECEPÇÃO E DO MÉTODO RECEPCIONAL NOS CONTEXTOS DE SALA DE AULA DA EJA	
Ferdirammar Farias Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.1011903048	
CAPÍTULO 9	84
O CURRÍCULO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA DE UMA ESCOLA MUNICIPAL	
Maria Luiza de Santana Gomes Haniel Regina Dias de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1011903049	
CAPÍTULO 10	94
O ENSINO DA ARTE E A SUSTENTABILIDADE: UM DESPERTAR DO SENSO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	
João Victor Batista da Conceição Leidiane dos Santos Lima Romildo de Araújo Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.10119030410	
CAPÍTULO 11	103
O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA VIA DE INSERÇÃO SOCIAL PARA OS IMIGRANTES HISPANO HABLANTE EM RORAIMA	
Maria Betânia Gomes Grisi Cila Vergínia da Silva Borges Hilton de Sá Rodrigues Maria de Fátima Freire de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.10119030411	
CAPÍTULO 12	115
O ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL: DA BNCC A ARGUMENTAÇÃO EM PAUTA	
Joyce Almeida Ataíde Alves Maria José Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.10119030412	
CAPÍTULO 13	125
O ENSINO TÉCNICO À LUZ DA DIMENSÃO ÉTICA DISCENTE	
Geise Franciele Ferreira Neves Luciana Maria Caetano Betânia Alves Veiga Dell'Agli	
DOI 10.22533/at.ed.10119030413	

CAPÍTULO 14 142

O ESPAÇO DA COORDENAÇÃO COLETIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: PERCEPÇÕES E DESAFIOS NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Loryne Viana de Oliveira
Suzana Medeiros de Souza Aguiar
Mônica Angélica Barbosa de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.10119030414

CAPÍTULO 15 152

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Cristh Júnior Pereira Carvalho
Janeisi de Lima Meira
Maurício Castro Gonçalves de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.10119030415

CAPÍTULO 16 161

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA EXPERIÊNCIA COM ÊNFASE NA PESQUISA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEG - CAMPUS FORMOSA

Karina dos Reis Bittar
Marilda de Paula Mamedio
Sônia Bessa

DOI 10.22533/at.ed.10119030416

CAPÍTULO 17 173

O ESTÍMULO DA FAMÍLIA E A PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM DE UMA EDUCANDA COM SÍNDROME DE DOWN

Xênia da Mota Araújo Lima
Ingrid da Mota Araújo Lima;

DOI 10.22533/at.ed.10119030417

CAPÍTULO 18 184

O INTÉRPRETE NA FIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES E PRÁTICAS A PARTIR DE NORBERT ELIAS

Euluze Rodrigues da Costa Junior
Reginaldo Célio Sobrinho
Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado

DOI 10.22533/at.ed.10119030418

CAPÍTULO 19 195

O JOGO “CARTADA ORGÂNICA” COMO ESTRATÉGIA DE METODOLOGIA NO ENSINO EM QUÍMICA

Cynthia Pereira dos Santos
Gilson Silva Filho
Otoniel de Aquino Azevedo
Bruna D´nadai do Nascimento
Eliana da Silva Santos
Cíntia Cristina Lima Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.10119030419

CAPÍTULO 20	203
O JOGO DO SOBE E DESCE COMO RECURSO METODOLÓGICO NAS AULAS DE MATEMÁTICA NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Amanda Juvino Soares Mônica Augusta dos Santos Neto Claudiene dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.10119030420	
CAPÍTULO 21	214
O JOGO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO A PARTIR DA LINGUAGEM TEATRAL	
Pedro Paulo Galdino Vitorino Dias. Clarice da Silva Costa.	
DOI 10.22533/at.ed.10119030421	
CAPÍTULO 22	231
O MOVIMENTO E A INTERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA POR MEIO DE BRINCADEIRAS	
Luzia Xavier de Oliveira Andressa Nayara Barros Correa Freitas Sidney Benedito da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.10119030422	
CAPÍTULO 23	245
O MUNDO DO TRABALHO PARA ANALFABETOS E PARA ALUNOS DO 1º SEMESTRE DO PRIMEIRO SEGMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Arthur Ferreira da Costa Lins Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem	
DOI 10.22533/at.ed.10119030423	
CAPÍTULO 24	256
O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (ANA): BREVE RELATO	
Edson Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.10119030424	
CAPÍTULO 25	263
O PAPEL DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO PROCESSO DE RESISTÊNCIA AO NEOCOLONIALISMO	
Anna Marina Paes Montysuma Hildo Cezar Freire Montysuma	
DOI 10.22533/at.ed.10119030425	
CAPÍTULO 26	275
O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE JOGOS COGNITIVOS DIGITAIS: CONTRIBUIÇÕES À APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR	
Daniela Karine Ramos Bruna Santana Anastácio	
DOI 10.22533/at.ed.10119030426	

CAPÍTULO 27 288

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS/AS PROFISSIONAIS E GESTORES DA ESCOLA NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

Celyane Souza dos Santos
Maria Nazaré dos Santos Galdino
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Amanda Raquel Medeiros Domingos
Maria de Fátima Leite Gomes

DOI 10.22533/at.ed.10119030427

CAPÍTULO 28 298

O PROJETO ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL (PROETI) COMO POLÍTICA PÚBLICA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM DIAMANTINA-MG: MAIS TEMPO DE UMA OUTRA EDUCAÇÃO?

Wanderléia Lopes Libório Figueiredo
Maria do Perpétuo Socorro de Lima Costa

DOI 10.22533/at.ed.10119030428

CAPÍTULO 29 310

O PROTAGONISMO NARRATIVO DO JOVEM: UMA (NOVA) CONSTITUIÇÃO DO SABER

Isadora Ortácio Schmidt Buske
Cilene de Lurdes Silva

DOI 10.22533/at.ed.10119030429

CAPÍTULO 30 320

“O SONHO DE MARIA” UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM AMARAJI/PE

Aparecida do Carmo Fernandes Cheroti

DOI 10.22533/at.ed.10119030430

CAPÍTULO 31 326

O TEATRO COMO METODOLOGIA ATIVA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Elvira Santana Amorim da Silva
Maria Magaly Vidal Maia
Andreyne Javorski Rodrigues
Juliana Lemos Zaidan
Priscyla Dayane das Chagas Lira

DOI 10.22533/at.ed.10119030431

CAPÍTULO 32 331

O TEATRO NA CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA- RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID – LETRAS PORTUGUÊS

Luana Ewald
Andressa Regiane Gesser
Larissa Patricia Theiss
Suelen Ramos
Henrique Mengisztcki

Silvane Terezinha de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.10119030432

CAPÍTULO 33 346

O TRABALHO DO PROFESSOR MT NAS ESCOLAS DE CABO FRIO

Helaine Soares

DOI 10.22533/at.ed.10119030433

SOBRE A ORGANIZADORA..... 358

O INTÉRPRETE NA FIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES E PRÁTICAS A PARTIR DE NORBERT ELIAS

Euluze Rodrigues da Costa Junior

Universidade Federal do Espírito Santo

Reginaldo Célio Sobrinho

Universidade Federal do Espírito Santo

Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO: Refletimos sobre as práticas dos intérpretes de Libras concebendo-as como dispositivos que mobilizam as atitudes de cooperação entre estudantes ouvintes e uma estudante surda que cursam Licenciatura em Pedagogia, em uma universidade pública brasileira. Em termos teóricos-metodológicos, o texto se ancora nos conceitos de figuração e interdependência elaborados por Norbert Elias. Na perspectiva do autor, por distintos motivos, em vários contextos, os seres humanos têm buscado maneiras de instituir modos de relacionar uns com os outros. Essa dinâmica produz um sentimento de preocupação cada vez mais acentuado capaz de, nas sociedades recentes, conduzir e regular as atitudes sociais perante a atuação dos intérpretes de Libras nos contextos escolares e, de maneira, específica, no Ensino Superior. Como instrumentos para a recolha dos dados, elegemos a observação participante, o questionário fechado e a entrevista semiestruturada. As reflexões que conduzimos nos possibilitam apontar que, a

partir da presença de uma estudante surda na figuração investigada, emergem tensões entre os indivíduos que concorrem para a busca de negociações, qualificando e redimensionando a atuação dos intérpretes de Libras no Ensino Superior. Apoiados em Elias, destacamos que as condutas assumidas pelos professores e pelos intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, durante nossa investigação, potencializam uma política cooperativa na formação de surdos no Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Intérprete de Libras. Ensino Superior. Norbert Elias.

INTRODUÇÃO

Neste texto, temos como objetivo refletir sobre a sociodinâmica e as práticas dos intérpretes de Libras como elementos/dispositivos que mobilizam as atitudes de cooperação entre estudantes ouvintes e uma estudante surda em uma turma de nível superior. Para tanto, recorreremos à pesquisa de Mestrado em Educação, intitulada *A modelação de uma política cooperativa na escolarização de estudantes surdos no Ensino Superior* que desenvolvemos no âmbito da linha de pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal do Espírito

Santo – UFES.

No fluxo da nossa pesquisa, percebemos que a matrícula da estudante surda nessa turma, no bojo de Elias (2006, 2014), mobilizou toda a rede de interdependência e, assim, processualmente, os indivíduos que compunham aquela turma – estudantes ouvintes, a estudante surda, professores e intérpretes de Libras – passaram a modelar seus comportamentos, o que nos levou a compreender que, naquele contexto, emergiu uma política cooperativa (SENNETT, 2012) que motivou e delineou um processo – focalizado na formação de todos os estudantes – de avanços e recuos fortes e brandos.

Acreditamos que a política de cooperação modelada na turma investigada emergiu, também, a partir da mobilização dos intérpretes de Libras. Nesse sentido, pontuamos neste texto o desenvolvimento da profissão do intérprete de Libras (SANTOS, 2009; 2012) e como esse indivíduo pode potencializar as relações entre estudantes surdos e ouvintes em classes do Ensino Superior brasileiro.

Assim, para cumprir o objetivo deste texto, buscamos compreender alguns aspectos da sociodinâmica da profissionalização do intérprete de Libras, especialmente nos contextos educacionais (XAVIER, 2010) e, no nosso caso específico, no contexto do Ensino Superior brasileiro (SANTOS, 2009; 2012). Além disso, recorreremos aos pressupostos da Sociologia Figuracional, elaborada por Norbert Elias. Da perspectiva teórica eliasiana tomamos, principalmente, dois conceitos complementares: figuração e interdependência.

O conceito de figuração é recorrente nas obras de Norbert Elias. Para o autor, é uma condição humana a participação dos indivíduos em alguma figuração. O autor indica que uma figuração pode ser formada por duas ou mais pessoas unidas por laços de interdependência. Podemos dizer, então, que as figurações não são estáticas, elas são constituídas de modo processual e fundamentadas pelas redes de interdependência que se delineiam a partir das tensões e do equilíbrio de poder vividos nos espaços sociais.

A partir de nossas análises, passamos a compreender que os intérpretes, os estudantes surdos e os estudantes ouvintes são indivíduos cujas atitudes e modos de relacionamentos ganham outros sentidos a partir da matrícula da estudante surda no Ensino Superior. Decorre daí nosso interesse e também a pertinência de estudar aspectos das interpenetrações dos intérpretes no fluxo da formação de estudantes surdos no Ensino Superior.

O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A profissão do intérprete de Libras, especificamente no Ensino Superior, emerge e se consolida de modo muito específico a partir da inserção dos estudantes surdos nas classes desse nível de ensino. Nesse aspecto, vale considerar que, associado à ampliação de matrículas no Ensino Superior, vivenciamos uma intensa (re) definição

e (re) elaboração em torno da profissão do tradutor e intérprete de Libras. O Ensino Superior traz marcas e sentidos muito peculiares em relação à Educação Básica.

Zaidan (2014) nos permite entender que, nos espaços do Ensino Superior, as formações são expressas e conduzidas de muitas maneiras que envolvem o conhecimento de temáticas/saberes do cotidiano escolar, o desenvolvimento e os investimentos em pesquisas da área da educação. Assim, compreendemos que, atualmente, a profissão do intérprete de Libras está intimamente ligada à formação dos professores. Em termos mais específicos, acreditamos que, ao compor as redes de interdependências desse nível de ensino, os intérpretes se constituem em profissionais importantes e podem cooperar com professores e estudantes no sentido de conduzir o processo de formação de estudantes surdos e ouvintes.

Observamos, nos estudos de Xavier (2010), que historicamente a escolarização de estudante surdos era pautada pela oralização. Para a autora, em decorrência dos movimentos surdos que ocorreram por volta da década de 1980, a partir das associações de surdos, essa prática oralista passou a ser alvo de questionamentos intensos e posta em xeque.

Nesse contexto, alguns indivíduos se constituíram profissionais nas fronteiras das comunidades surdas e ouvintes, pois ora conviviam com os surdos e utilizavam a Libras, e ora com os ouvintes e, nesse caso, faziam uso da Língua Portuguesa. De certa maneira, em ambas as situações, o intérprete passou a desenvolver a habilidade de interpretar em diversos contextos sociais e, assim, buscava a partir dos conhecimentos adquiridos das palavras/sinais, dos significados e da cultura (LOPES, 2007), as interpretações mais apropriadas. Dessa maneira, concordamos com Santos (2012), que esses profissionais praticavam a tradução e acabavam transitando nas duas comunidades: de ouvintes e de surdos (SANTOS, 2012).

No fluxo de outras transformações sociais, no século XXI, dois marcos legais começaram a ditar outros rumos na escolarização de estudantes surdos no Brasil. Por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o Brasil legitima a escolarização dos surdos em sua língua, a Libras. Entretanto, observamos que até o ano de 2008 não havia, no Brasil, uma sistematização em torno da formação dos intérpretes de Libras.

A partir de 2008, observamos que houve um desenvolvimento na formação dos intérpretes de Libras. Naquele momento, emerge no país uma formação institucional, ofertada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio do curso de Bacharelado em Letras-Libras (SANTOS, 2012). Nessa direção, observamos que, por meio da Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010, essa profissão passou a ser legitimada e regulamentada em todo território nacional.

Nessa direção, com o crescente número de matrículas de estudantes surdos nas redes de ensino, a profissão de intérprete de Libras ganha destaque. Entretanto, como vimos no estudo de Santos (2012), a maioria desses profissionais, desconhecia seu papel na formação dos estudantes e suas possíveis relações com outros profissionais

no fluxo das práticas pedagógicas que demandam a área educacional. Ainda que, conforme as indicações de Xavier (2010, p.111), esse profissional fosse peça central no processo formativo-educativo de pessoas surdas, vez que era “[...] responsável por versar, conduzir, transpor informações que serão dadas em Libras para o Português e do Português para Libras”.

Desse modo, percebemos a legitimação da profissão de intérprete de Libras, a partir do momento em que a sociedade brasileira necessitou da habilidade da interpretação da Libras para a Língua Portuguesa e/ou da Língua Portuguesa para Libras. Esse movimento emergiu a partir da participação cada vez mais evidente e ampliada de surdos nas diferentes figurações sociais.

De fato, na medida em que os estudantes surdos passam a integrar, de modo cada mais ampliado e mais explícito, as redes de interdependência do Ensino Superior, a demanda pela presença e atuação dos intérpretes de língua de sinais ocorre de maneira recorrente. Assim, assumem absoluta pertinência as discussões em torno da Libras, principalmente quando o uso dessa língua passa a ser entendida como condição para a formação de estudantes surdos no Ensino Superior (SANTOS, 2009).

CONSTITUINDO UMA POLÍTICA COOPERATIVA: EM CONTEXTO

Durante a pesquisa que desenvolvemos, observamos que, embora a estudante surda necessitasse focalizar o intérprete de Libras durante todo o período em que estivesse na sala para que não perdesse nenhuma informação, o fato de ela estar sentada próxima de outras estudantes ouvintes impulsionava o estabelecimento de comunicação e de aproximação com os colegas de turma. Outro elemento importante nesse processo dizia respeito ao fato de a estudante surda não sentar no canto da sala de aula, e sim no meio da turma, o que potencializava as relações entre a estudante surda e os estudantes ouvintes e possibilitava uma aproximação dos intérpretes de língua de sinais com os professores e os demais estudantes. Nessa direção, observamos que:

[...] as carteiras da classe estavam organizadas em dois grandes semicírculos, que iniciavam na direção da porta de entrada/saída da classe e terminavam na direção oposta. Então, aproximadamente, metade da turma sentava-se no primeiro semicírculo e os demais sentavam-se no semicírculo posterior. Ao centro da sala de aula, e na direção do quadro branco, localizava-se a mesa do professor e ao seu lado direito ficava um intérprete sinalizando a aula e o outro intérprete, sentado numa cadeira, aguardava sua vez de interpretar e monitorava o tempo de troca que haviam combinado (DIÁRIO DE CAMPO, agosto de 2014).

Essa organização possibilitava a troca de informações de uma língua para outra, utilizando a tradução ou interpretação, de maneira mais próxima possível, respeitando-se as convenções gramaticais das línguas (XAVIER, 2010). Nessa dinâmica, alguns

professores e os estudantes ouvintes passaram a acompanhar a interpretação dos conteúdos, das dúvidas e das respostas.

Observamos que a organização das carteiras na sala de aula dava visibilidade à presença do intérprete. Desse modo, em uma das aulas da disciplina “Educação, corpo e movimento”, após receberem o indicativo de greve dos técnicos da UFES,

[...] os estudantes combinaram de faltar às aulas da sexta-feira daquela semana. Essa atitude foi tomada em comum acordo dos estudantes, pois entendiam que sem a presença dos intérpretes de Libras, a estudante surda estaria impossibilitada em acessar às informações das aulas daquele dia em diante. Dessa maneira, decidiram não comparecer às aulas até que a turma tomasse conhecimento de alguma solução para o caso. (DIÁRIO DE CAMPO, maio de 2015).

Apoiando-nos nos estudos de Santos (2009; 2012), observamos que, na perspectiva dos estudantes, existia uma valorização do intérprete de Libras, pois o fato de estarem localizados ao lado dos professores durante as aulas, contribuiu para a modelação dos comportamentos de todos os indivíduos dessa figuração, de modo que passaram a valorizar a atuação dos intérpretes de língua de sinais, nessa turma de Ensino Superior.

Vale ressaltar que a ação de interpretar, comumente realizada no canto da sala de aula, não era vivenciada nas aulas ministrada para aquela turma. O intérprete atuava no centro da sala, próximo ao professor regente. Durante as entrevistas, uma estudante destacou questões relativas à organização física das carteiras e do trabalho do intérprete. A presença dos intérpretes

[...] mobilizou a turma inteira, os intérpretes – aquela novidade, focávamos neles – mas mobilizou a turma de uma maneira geral. Principalmente no primeiro período, que fizemos um trabalho sobre a importância do papel do intérprete na intermediação da comunicação do professor e do aluno surdo (ESTUDANTE 15 - ENTREVISTA, julho de 2015).

Elias (2006) evidencia-nos que as profissões são funções sociais que determinados indivíduos exercem com o objetivo de atender as necessidades de outros. Para Elias (2006, p. 89), “[...] se novas ocupações surgem em uma comunidade, tais transformações não se devem simplesmente a atos ou pensamentos desse ou daquele indivíduo em particular”. Mais especificamente, as profissões são o resultado de processos sociais, assim, as tensões e os dilemas que narram tais processos, precisam constituir os balizadores do desenvolvimento profissional.

Nessa perspectiva, compreendemos que o trabalho do intérprete de Libras não se dá num vazio, ele molda e é moldado na figuração social. Desse modo, se os estudantes dessa turma refinavam seus comportamentos, adotando estratégias para se relacionarem com a estudante surda, em decorrência da presença e da atuação dos intérpretes, também em decorrência das ações dos estudantes ouvintes, os

intérpretes passavam a adotar conduções específicas que traziam implicações para o desenvolvimento dessa profissão. Também em entrevista, outra estudante ouvinte se expressou nos seguintes termos:

[...] eu particularmente me recorro à Debora, acho que essa interação é importante, essa colaboração é importante não somente nós do grupo, vejo que uns ajudam também, se envolvem, pois ser solidário é importante, principalmente em nossa formação. Temos que estar constituindo, aprendendo, juntar, dividir, acho super importante (ESTUDANTE 18 – ENTREVISTA, julho de 2015).

Observamos, em algumas disciplinas, a preocupação do professor regente em auxiliar os intérpretes, com a entrega dos textos e conteúdos previamente, ou planejando atividades junto com os intérpretes. Dessa maneira, entendemos que, nessas disciplinas, havia uma potencialização no trabalho do intérprete de Libras.

Concordamos com Xavier (2010) quando nos indica, que o trabalho do intérprete não é algo automático. É uma atribuição que demanda diversas escolhas em um curtíssimo espaço de tempo, escolhas que demandam uma negociação nas duas línguas. Daí a importância de os docentes potencializarem a intervenção e a participação dos intérpretes nas aulas, subsidiando essa participação com a disponibilização de textos ou de materiais relativos aos conteúdos a serem trabalhados nas aulas.

Acreditamos que essas ações dialógicas entre os professores e os intérpretes dessa turma contribuía no processo de interpretação no ensino e na aprendizagem da estudante surda. Além disso, essas práticas cooperativas demonstravam, para os estudantes da turma, um trabalho conjunto que era necessário para a formação de todos os estudantes. Observamos, nas entrevistas, que os estudantes ouvintes passaram a compreender a necessidade de um trabalho cooperativo entre professores e intérpretes. Nesse sentido, uma estudante destacou:

[...] No primeiro semestre, quando era a intérprete 1 eles tinham acesso aos conteúdos dos professores. Agora não sei quem pedia e se os professores mandavam sem solicitação [...] nesse semestre, em um momento o intérprete 2 pediu, não lembro em qual situação, pra ele ter noção mesmo. Acho que deveria ser assim em todas as aulas, assim como temos que ler os textos, e eles vão interpretar, acho que deveriam ter noção dos conteúdos até pra facilitar a interpretação (ESTUDANTE 20 – ENTREVISTA, julho de 2015).

Essa declaração/percepção nos remete ao estudo de Santos (2009), particularmente quando destaca que, a partir da figuração constituída por estudantes ouvintes e algum estudante surdo, existem negociações entre os indivíduos na tomada de decisões a respeito das estratégias pedagógicas que serão utilizadas nas aulas. Essas negociações podem trazer questões e demandas que qualificam ainda mais a atuação dos intérpretes de Libras nos espaços de formação desse nível de ensino.

Assim, pontuaremos a seguir condutas que os intérpretes de Libras tomaram durante as aulas e que, talvez, trabalhadas com os professores e estudantes,

poderiam ser conduzidas de outras maneiras, contribuindo para a afirmação da política cooperativa entre estudantes ouvintes e a estudante surda.

TENSÕES DURANTE A INTERPRETAÇÃO EM UMA TURMA DE NÍVEL SUPERIOR

Elias (2006) nos permite entender que o desenvolvimento da profissão de intérprete de Libras depende do entrelaçamento de dois fatores. O primeiro apresenta-se voltado para as descobertas das novas necessidades humanas nas redes de interdependência, que esses indivíduos constituem. O segundo diz respeito às maneiras pelas quais esses indivíduos, que possuem essa habilidade específica, encontrarão ferramentas para satisfazer essas necessidades humanas.

Contudo, nessa dinâmica, via de regra, ocorrem (des)ajustes entre as instituições e as necessidades individuais. Essa dinâmica é que delinea o ajustamento e o aprimoramento das profissões (ELIAS, 2006). Assim, compreendemos que os processos de interpenetrações individuais e institucionais tencionam a ação dos intérpretes de Libras a adotarem medidas para modelarem os códigos de condutas nas figurações que eles compõem.

Cabe-nos ressaltar que observamos, em nossa pesquisa, tensões apontadas no estudo de Santos (2009). O primeiro aspecto refere-se ao desconhecimento sobre o papel do intérprete de Libras pela estudante surda. Isso pode apontar para o fato de a estudante surda ter apenas três anos de conhecimento da Libras, além disso, ela teve oportunidade de contar com o trabalho de um intérprete de Libras na sua formação, apenas no Ensino Médio. Em decorrência disso, acreditamos que essa estudante pode entender, como no senso comum, que a responsabilidade do intérprete restringe-se “apenas” ao ato tradutório, apagando, assim, os demais processos que culminam na sala de aula.

Nessa direção, em nossa investigação, observamos práticas que poderiam ser melhor trabalhadas, articuladamente com professores e demais estudantes, contribuindo no processo formativo de todos. De fato, percebemos:

[...] durante uma aula de POEB, onde o debate girava em torno das teorias de Locke, Hobbes e Rousseau, que a estudante surda, interrompeu o intérprete, sem que o professor e o restante da turma percebessem, e solicitou uma explicação do sinal utilizado para a palavra “acumulação”. O intérprete, sem direcionar a dúvida da estudante para o professor, atendeu o pedido da estudante, e explicou, retomando logo em seguida a interpretação da aula (DIÁRIO DE CAMPO, outubro de 2014).

Esse processo pôde ser visto também em outros momentos, por exemplo, quando o intérprete traduziu a palavra “coibir”, esta, quando utilizada na frase: “Coibir o egoísmo”. Na mesma direção, observamos, durante uma aula da disciplina Introdução à Pesquisa Educacional, esse mesmo movimento. Em um dado momento da aula, a estudante surda ficou com dúvida em alguns sinais e, assim, solicitou ao intérprete

que utilizasse a dactilologia para alguns verbos:

[...] nesse momento, a professora, que havia percebido o movimento da estudante surda, pausou a aula e indagou o que havia ocorrido e se a estudante estava precisando de alguma explicação. O intérprete respondeu que estava tudo bem, e assim a professora prosseguiu sua aula (DIÁRIO DE CAMPO).

No que tange ao desenvolvimento da profissão do intérprete de Libras no Ensino Superior, a resposta imediata, por via da tradução, corrobora com a visão assistencialista, idealizada e ancorada no fluxo histórico e social dessa profissão. Nesse sentido, destacamos a importância da intervenção e participação dos professores, caso contrário, talvez, ao sanar a dúvida sem o consentimento do professor, o intérprete pode contribuir para que a estudante surda, os estudantes ouvintes e os professores confundam o seu papel.

Por outro lado, o ato de responder à estudante surda sem o consentimento do professor pode esconder dúvidas que, talvez, também poderiam ser de outras estudantes ouvintes. Na direção do nosso estudo, especificamente quando pensamos uma política cooperativa, entendemos que nesse caso, professores e estudantes (ouvintes e surdos) deixaram de contribuir na aula e, conseqüentemente, na formação de ambos.

De fato, em outras situações das aulas, observamos que, conforme emergiam piadas, debates paralelos ou quando o professor lançava uma questão para que os alunos pensassem e respondessem, a estudante surda não acompanhava no mesmo ritmo que os demais alunos da turma. Isso acontecia, principalmente em decorrência do tempo necessário para se fazer uma tradução. Observamos, que a estudante surda, quando ria sobre alguma piada feita, olhava em sua volta e não observava mais ninguém rindo. Além disso, não identificava o responsável por qualquer tipo de fala nos debates da sala e, por fim, quando tentava responder a alguma questão do professor, esta já havia sido respondida e o debate já estava em outro momento.

Destacamos que, em nossa pesquisa, também observamos movimentos diferentes a esses, por exemplo:

[...] durante outra aula da disciplina de Introdução à Pesquisa Educacional, a professora propôs uma atividade em grupo, indicando que os estudantes deveriam vivenciar o espaço escolar e coletassem dados. Durante sua explicação, observamos, que a professora buscava acompanhar a tradução, ou seja, processualmente, dirigia a palavra para a turma, pausava, e esperava o intérprete de Libras acompanhar sua fala (DIÁRIO DE CAMPO, maio de 2015).

Entendemos que a condução feita pela professora em cooperação com o intérprete de Libras demonstrava para os demais estudantes a importância do trabalho cooperativo da língua de sinais e, nesse sentido, a organização dos turnos de fala e a comunicação com a estudante surda provocou mudanças nos comportamentos

de alguns estudantes ouvintes e isso parece ser muito interessante. Desse modo, compreendemos que esse refinamento começa a fazer parte da história de uma possível mudança social. Na mesma direção, observamos em uma aula de POEB:

[...] que o professor aguardava o intérprete concluir a interpretação para prosseguir com sua fala, esse fato, passou a ser observado pelos alunos e, em dado momento da aula, a estudante surda questionou sobre o conceito de “desapropriação”, o fluxo da aula foi interrompido e, tanto o professor, quanto os estudantes, respeitando os turnos de fala, passaram a citar exemplos e auxiliar na interpretação. Ao concluírem o raciocínio, o professor olhou para a estudante surda e disse: “Boa pergunta!” e, concomitantemente, perguntou para o intérprete como seria a interpretação dessa exclamação, assim, visualizou e sinalizou para a estudante surda: “Boa pergunta” (DIÁRIO DE CAMPO, outubro de 2014).

Dessa maneira, observamos que tanto a profissão do intérprete de Libras quanto as relações dos indivíduos que compõem essa rede de interdependência, sofreram com processos de (des) ajustes. De fato, de maneira processual, uma função específica para o intérprete de Libras estava se desenvolvendo nessa rede de interdependência. Compreendemos que essa dinâmica contribuía também para que os estudantes ouvintes fossem mobilizados a cooperar com a formação da estudante surda.

Não pensamos as tensões que emergiram, a partir da presença da estudante surda e, concomitantemente, do intérprete de Libras, destacadas neste ensaio, como processos negativos, pois a gestão dessas tensões foi de fundamental importância para a modelação da política cooperativa nessa turma (SENNETT, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratarmos do processo no qual os intérpretes, os estudantes surdos e os estudantes ouvintes se imbricavam nessa rede de interdependência, procuramos abordar, por meio da Sociologia Figuracional, que esse fluxo acarretou também a refuncionalização do papel do intérprete de Libras.

Além disso, esse desenvolvimento implicou também em articulações cooperativas com os demais indivíduos dessa turma. A presença do intérprete de Libras evidencia questões que precisam ser problematizadas. Esse profissional intervém na educação de surdos, tornando-se ator importante na escolarização desses indivíduos. É nesse sentido que destacamos a importância das relações com os demais indivíduos dessa rede de interdependência, pois esses “outros” são componentes fundamentais para compreendermos os processos tradutórios, de desenvolvimento dessa profissão, bem como os processos formativos de estudantes surdos no Ensino Superior.

Reiteramos que, na turma investigada, ocorreu um processo crescente de interdependência mútua entre estudantes ouvintes, professores, intérpretes e a estudante surda, trazendo implicações no desenvolvimento da profissão do intérprete de Libras.

Associado a isso, o conjunto de dados que sistematizamos nos motivam a destacar a pertinência de uma política institucional potencializadora de vínculos mais estreitos entre os profissionais que atuam no Ensino Superior.

Diante do processo vivido nesta investigação, acreditamos que seria muito importante estabelecer uma prática de estudos dos textos a serem utilizados nas disciplinas; a destinação de um tempo específico para os intérpretes realizarem os planejamentos das aulas, em colaboração com o docente da turma; a destinação de momentos para participação dos intérpretes em grupos de estudos e/ou projetos de pesquisa que têm como temática, principalmente, os fundamentos históricos, políticos e filosóficos da educação.

Essas práticas poderiam contribuir, sobremaneira, na qualificação da atuação dos intérpretes. Pela via de uma política institucional e pela inserção dessas práticas, os intérpretes poderiam constituir com os docentes uma vinculação acadêmica altamente qualificada que assegurasse aos estudantes o acesso aos conteúdos de forma reflexiva e crítica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 24 de abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 11/07/2015.

_____. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 22 de dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 11/07/2015.

_____. Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília. 01 de set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 21/09/2015.

ELIAS. **Escritos & Ensaios**; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2014.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Silvana Aguiar. Intérpretes de língua de sinais: tensões e negociações no ensino superior. In: **XII Congresso da Association pour la Recherche Interculturelle - ARIC**, 2009, Florianópolis. Anais do XII Congresso da ARIC, 2009, p. 01-13.

SANTOS, Silvana Aguiar. A tradução e interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010. In: **III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa**, 2012, Florianópolis. Anais do III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. v. 3, p. 01-09.

SENNETT, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política de cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

XAVIER, Keli Simões. O intérprete de Libras na educação de surdos. In: VICTOR, Sônia Lopes [et al.] (Orgs.). **Práticas bilíngues**: caminhos possíveis na educação de surdos. Vitória/ES: GM, 2010, p. 109-123.

Z Aidan, Samira. O papel da Faculdade de Educação na formação docente. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **Faculdades de Educação e políticas de formação docente**. Campinas: Autores Associados / Brasília/DF: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-310-1



9 788572 473101